

Senhor

12/9/1984

Tempo quente no canavial

Em Sertãozinho, São Paulo, bóias-frias e plantadores de cana enfrentam a inflexibilidade dos usineiros

Alex Solnik

Ainda estava escuro e soprava um vento frio às 5h00 da segunda, 18 de agosto, quando um grupo de aproximadamente 30 bóias-frias, envoltos em panos, concentrou-se no trevo do Terminal da Petrobrás, a 1,5 quilômetro da usina Santo Antônio, em Sertãozinho, a 17 quilômetros de Ribeirão Preto, São Paulo, para impedir a passagem de carros e caminhões que se dirigissem à usina ou aos 13.354 hectares da propriedade cultivados com cana-de-açúcar. Estava formado o piquete.

Os trabalhadores — homens, mulheres, velhos e crianças — empunhavam a única arma que possuem, os facões ou podões, utilizados nos dias normais no corte de cana. Eles estavam dispostos a tudo. A greve dos 2.328 cortadores de cana da usina começara no fim da tarde de sexta, 10, quando eles receberam o pagamento quinzenal e o consideraram muito baixo em relação à quinzena anterior.

Os fatos da madrugada do dia 13 não estão inteiramente claros. Segundo Luiz Carlos Garcia, 25 anos, ex-cortador de cana, vereador de Sertãozinho pelo PMDB, que, na mesma hora, participava de outro piquete, numa das outras seis entradas da Santo Antônio, o piquete foi repentinamente atacado: uma caminhonete saiu do interior da usina e se aproximou dos trabalhadores. De dentro dela partiram vários disparos de armas de fogo. Apavorados, os bóias-frias se refugiaram no interior do canavial mais próximo.

O presidente da usina, Menezis Balbo, 54 anos, confirma os tiros, mas apresenta uma outra versão. Os bóias-frias teriam tomado de assalto um dos caminhões carregadores de cana, vazio no momento, ordenando ao motorista que os levasse usina adentro. "Eles queriam invadir a propriedade", diz Menezis. Foi aí que um dos seus irmãos, Alcídio, acompanhado de 30 homens, resolveu acabar com a suposta invasão, mandando seus homens atirar, mas para o alto.

"Eu acho melhor você nem colocar que nós demos tiros", disse Menezis a Senhor, "porque isso é uma infração: nós não podemos ter armas." Mas não há novidade nisso. Até mesmo o secretário de Governo de São Paulo, Roberto Gusmão, industrial de Ribeirão Preto, sabe da existência de armas na usina Santo Antônio. "Dizem que vocês se estão armando", disse Gusmão a Menezis, no Palácio do Morumbi, em São Paulo, "e quero que saiba que, se a Polícia Militar descobrir que vocês as têm, vai apreender tudo." "Estamos proibidos de ter armas", retrucou Menezis. "E os bóias-frias, não estão proibidos de fazer piquetes armados com podões?"

O diálogo ocorreu em meados de agosto. Uma comissão de sete usineiros ou gerentes de usinas, representando as 30 empresas da região, procurou Gusmão com o objetivo de pedir proteção policial às propriedades e aos proprietários que se sentiam ameaçados pelas greves. A da usina Santo Antônio não foi a única. E nem só os trabalhadores eram os grevistas: os 1.600 fornecedores de cana às usinas, insatisfeitos com o pagamento dos usineiros, organizaram na sexta, 10, um piquete de caminhões em frente à usina São Francisco, que, também pertence a Menezis, e a paralisaram por três dias.

A comissão dos 7 — Menezis Balbo; Homero Arruda Ometto, da usina São Martinho; Pedro Biagi Neto, da usina da Pedra; Eduardo Curi, da usina Martinópolis; Eduardo Junqueira, da usina Barra do Rosário; Edgar Corona, da usina Bonfim; e Willes Martins Banks Leite, gerente da usina Santa Lydia — não obteve do governo do Estado o apoio policial desejado. "Vocês têm 100 mil bóias-frias", teria dito Gusmão, segundo o relato de Banks, 37 anos, "e nós temos apenas 65 mil homens da Polícia Militar em todo o Estado."

Apesar de ser um sujeito alto e forte, Banks passou por maus bocas dos durante a greve da Santo Antônio. "Escapei de apanhar por pouco", afirma. Diz ele que se estava dirigindo, no seu carro, naquela segunda-feira, 13, para uma reunião na usina Santo Antônio. Havia dois piquetes na estrada de asfalto que serve a usina. No primeiro, Banks foi atacado. "Fui cercado por um grupo de mulheres e crianças, de 12 a 18 anos. Brandindo paus e pedras, eles gritavam: 'Pega!', 'Quebra.' Só escapei quando mostrei uma carteirinha que tenho de engenheiro do Ministério do Trabalho." "Sou fiscal do trabalho", mentiu o gerente. Passou pela primeira barreira, mas ficou na segunda. "A líder parecia ser uma menina mulatinha, bonitinha, de uns 15 anos, que começou a gritar: 'Não deixa ele ir, quebra.'" Deixaram, por fim, que ele se fosse. "Imaginei que estava no Panamá, na Colômbia. Esse radicalismo tão grande não é próprio do brasileiro."

Os usineiros da região nunca tiveram problemas com bóias-frias até os incidentes de Guariba, em maio (veja o mapa). Com os empregados fixos, registrados no sindicato de alimentos, os dissídios sempre foram totalmente calmos. "Essa greve foi feita por gente de fora", garante Menezis. "O empregado em si, coitado, ele é bom, quer ganhar o suficiente para sobreviver", diz, "e, aí, vem um cara como o Trigo (deputado Waldir Trigo, do PMDB) que cria uma confusão na cidade!"

Os usineiros de Ribeirão Preto os maiores produtores de cana, de açúcar e de álcool do País (20%, 14% e 2096 da produção nacional, respectivamente) — não aceitam de maneira alguma a hipótese de que os cortadores de cana estão revoltados porque ganham muito pouco. "Se você fizer uma entrevista honesta, vai ver que 9096 deles estão satisfeitos", diz Maurílio Biagi Filho, 42 anos, diretor-superintendente da usina Santa Elisa e diretor da Metalúrgica Zanini, que produz, entre outras coisas, usinas de álcool. Ele e seus colegas proprietários alegam que o cortador de cana é o trabalhador rural mais bem remunerado — e é mesmo — "e, de mais a mais, de que adianta ele ganhar mais se ele não sabe usar o dinheiro? Minha mulher sabe economizar mais que a mulher do bóia-fria, que tem vergonha de pechinchar", diz Biagi Filho. "O bóia-fria me pergunta: 'Como é que você economiza mais que eu se você gasta Cr\$ 2 milhões e eu Cr\$ 200 mil?' ", argumenta Menezis, e responde: "É que eu gasto Cr\$ 2 milhões em coisas certas!" Em vez de pagar melhor, Menezis prefere estabelecer com seus empregados uma relação paternalista: "Eles jogam futebol com a gente, convivem com a gente e são nossos amigos. Se eu der uma ordem pra eles brigarem com os grevistas, eles saem dando paulada!"

Diz Menezis que a greve em sua usina se originou num mal-entendido — eles receberam por quinquena achando que era o pagamento mensal —, mas o vereador Luiz Carlos Garcia, que é, segundo Menezis, um dos agitadores da região, conta uma história diferente: "A usina não obedecia ao acordo de Guariba: não fazia a amostragem da cana. Na primeira quinquena, os trabalhadores acharam que ganharam bem e não reclamaram; na segunda, cada um recebeu em média apenas Cr\$ 50 mil e veio a revolta." "Eles receberam menos porque faltaram muito", rebate Clésio Balbo, 34 anos, filho de Menezis. "Eles não têm do que reclamar: ganham todos igual, por tonelada", diz seu pai.

Não é bem assim. O acordo de Guariba, é verdade, estabeleceu preços iguais por tonelada cortada, mas eles não são obedecidos por todas as usinas. Teoricamente, o cortador deveria receber Cr\$ 1.740 por tonelada de cana de 18 meses e Cr\$ 1.660 por tonelada de outras

canas. O cálculo de sua produção, no entanto, torna-se muito difícil, devido ao sistema de colheita.

Um caminhão desembarca 30 cortadores, de manhãzinha, que vão trabalhar em pedaços de terra chamados talhões, que podem ter 600 metros quadrados ou mais de área plantada. Eles vão cortando e deixando a cana no chão. Somente alguns dias depois, até num espaço de uma semana, ficam sabendo quanto cortaram e em quanto essa cana foi avaliada.

Para tentar acabar com essa confusão, o acordo de Guariba, assinado pelos usineiros, determinou que o cortador deve ser informado, ainda de manhã, do preço de sua cana, por meio da amostragem. O cálculo é feito por metro de cana. São cortados os pés decana de diferentes partes do talhão — há canas mais finas e canas mais grossas que são embarcadas num caminhão. Transportadas até à usina, as amostras são avaliadas: as canas mais finas podem ser pagas a Cr\$ 60 o metro; as mais grossas até a Cr\$ 200. O caminhão volta e informa a cotação aos cortadores. No fim do expediente, eles devem ainda segundo o acordo de Guariba — receber um tíquete, chamado pirulito, onde consta o preço e a quantidade de cana cortada.

Apesar do acordo assinado, nem todas as usinas, e muito menos os fornecedores — que só têm cana e não a usina — obedecem. "Eles fazem o preço que querem", dizem os bóias-frias. "A mesma cana, às vezes, é avaliada por Cr\$ 60 e outras por Cr\$ 200 o metro", se queixam. "Eles se recusam a cortar a cana mais grossa", dizem os feitores. "Fazemos isso porque eles querem que a gente corte a grossa e pagam como se fosse fina", dizem os cortadores.

Outra greve de grandes proporções, do mês de agosto, foi a da usina Nossa Senhora Aparecida, em Pontal, a dez quilômetros de Sertãozinho. Trata-se da propriedade de Laerte Carolo e irmãos, que são parentes de Menezis Balbo: a mãe de Menezis se chamava Crescência Carolo.

A greve de Pontal começou na sexta, 10. "O povo vinha cortando a cana com uma bandeira. Na usina, falaram: 'Nóis quer a cana sem ponta.' A turma falou: 'Nóis, não corta.'" Esta a explicação de Jairo da Costa Antônio, 36 anos, ex-cortador de cana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal. Segundo o gerente da usina Santa Lydia, Banks, os dirigentes rurais "vêm sendo treinados no ABC paulista"; o de Pontal não demonstra ter frequentado esse suposto treinamento. Não passa de um caboclo igual aos outros; se expressa mal, inclusive.

O vereador Garcia, mais articulado, atribui o início dos incidentes a uma equipe de economistas que teria tentado mudar a sistemática de corte empregada até ali. Os cortadores vinham cortando da maneira que é melhor para eles: em vez de cortar cana por cana, apanhavam um feixe de quatro ou cinco pés e os cortavam juntos, em cima e em baixo, ou seja, duas bandeiras. Acontece que há pés de cana mais altos e mais baixos, todos no mesmo feixe. Ao cortar com base na mais alta, o trabalhador deixava a cana mais baixa com ponta. Essa ponta só tem água, não interessa ao usineiro. Os economistas queriam que fosse cortado um pé por vez, a fim de que as canas mais baixas também fossem cortadas com duas bandeiras.

"Na sexta-feira, eles pararam às 14h00", conta o sindicalista de Pontal. "Trabalharam no sábado, mas falaram: 'Segunda-feira nós não trabalha se for pé e ponta.'" E não trabalharam. Formaram piquetes e não deixaram entrar um caminhão, armados com seus facões. Para amainar a situação, foram convocados à usina o presidente do sindicato de Pontal e o chefe do posto de atendimento da Secretaria de Trabalho em Sertãozinho, o advogado José Abadia Bueno Teles. O dirigente rural cocou a cabeça, preocupado, ao saber que teria de ir. Abadia,

por sua vez, recebia insistentes telefonemas de São Paulo, da parte de Almir Pazzianotto, secretário do Trabalho, recomendando que tomasse cuidado.

Os dois pombos da paz foram recebidos com agressividade pelos grevistas, que os acusavam de com pactuar com o usineiro. Mas não os atacaram. Queriam pegar, isso sim, o agrônomo chamado Faganelli, que era quem tinha ordenado a nova forma do corte. O agrônomo não deu o ar de sua graça, mas os grevistas encontraram um funcionário do escritório da usina parecido com ele e correram atrás. "O Reinaldão foi cercado", conta Jairo, "porque o pessoal queria levá-lo para cortar cana, uma por uma, para ver se assim ele conseguia ganhar o salário." O funcionário acelerou o carro e andou até onde era possível. Depois, desceu e continuou correndo a pé, com os grevistas atrás. Seu carro foi atacado pelos podões. Reinaldão conseguiu, finalmente, chegar à usina, berrando: "Pára a usina!", ordenou, apavorado.

Os pombos da paz conseguiram levar os grevistas para fora da usina: todos se dirigiram ao ginásio de esportes de Pontal, onde houve assembleia. A discussão entre os empregados e o representante dos patrões, o ex-prefeito de Ribeirão Preto, Welson Gasparini, começou às 9h00. "Ele ficou embulhando até às 18h00", conta o presidente do sindicato de Pontal. Enquanto as coisas não se resolviam, alguns dos grevistas que permaneceram na usina atearam fogo num talhão de cana, por volta do meio-dia.

Foram queimados 25 alqueires de cana boa para corte. Não deu prejuízo porque a cana, antes de ser cortada, é queimada mesmo, à noite, na véspera do corte. Teria havido prejuízo se o fogo atingisse os talhões de cana nova, que teriam ficado imprestáveis. Ou se o fogo chegasse aos enormes tanques de álcool, com capacidade de até dez milhões de litros, situados nas proximidades do talhão queimado. "O fogo parou porque não encontrou cana fechada para continuar", diz o presidente do sindicato. Os 25 alqueires queimados — aproximadamente 7.500 toneladas de cana — foram colhidos normalmente no dia seguinte, como se nada tivesse acontecido.

O agrônomo Faganelli foi afastado pela direção da usina, que escalou um administrador para tratar com os empregados daí para frente, em seu lugar. "Hoje fomos de novo à usina", disse o presidente, na sexta, 31 de agosto. "E verificamos que eles não estão dando os uniformes aos trabalhadores, como mandou o acordo de Guariba." O administrador da usina comunicou que os uniformes já tinham sido comprados, faltava selecionar por tamanho. "Mas acho que eles estão embulhando", diz o sindicalista.

Pelo acordo de Guariba, os patrões deveriam fornecer gratuita mente macacões, luvas, tornozeleiras, limas e podões aos empregados. Na prática, nem um grande usineiro como Menezis Balbo — o terceiro do ranking na região — concorda com isso. "Ano que vem, vamos incluir o preço dessas coisas no pagamento, e eles que comprem tudo!" Quanto aos podões, ele acalenta um plano: quer tirá-los das mãos dos cortadores quando não estão trabalhando. "Os caminhões deveriam ter gavetas onde os podões ficariam guardados: de manhã, os cortadores receberiam os podões e, no fim da tarde, os entregariam."

Pior que as greves dos trabalhadores foi a greve dos fornecedores de cana, segundo Menezis. Diz ele que o usineiro — que também tem plantação própria — é obrigado, por lei, a comprar certa quantidade de cana do fornecedor. Há 40 anos, diz, era obrigado a comprar 40% do necessário dos fornecedores; hoje, 60%. "Se sobrar cana, vai sobrar a sua, porque a dele você vai moer ele é meio privilegiado", entende o usineiro.

A forma de pagamento da matéria-prima, determinada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, estabelece que, todo dia 5, o usineiro deve pagar ao fornecedor 75% do que comprou e o restante em fevereiro, quando a safra é comercializada. O preço, a essa altura, é bem mais alto e o fornecedor também tem direito ao aumento. Este ano, os usineiros decidiram pagar

mensalmente apenas 60%, em vez de 75%, justificando com o pequeno fluxo de caixa decorrente da retirada dos subsídios e dos atrasos de pagamento do governo federal. "O açúcar exportado nós recebemos depois de 60, 70, 90 dias, sem nenhuma correção", queixa-se Banks, da usina Santa Lydia.

Os fornecedores agüentaram desde o começo do ano, mas em agosto perderam a paciência. Liderados por Sílvia Fernandes Reis, presidente da Copercana — "uma espécie de Lula, de Trigo", segundo Menezes —, decidiram em assembléia paralisar as entregas de matéria-prima.

Impossibilitados de parar todas as usinas, escolheram uma, a São Francisco: sexta, 10, de manhã, fecharam, com seus caminhões, a entrada da usina. "Eles disseram que sortearam a São Francisco", conta Banks, "mas consta que eles iam fechar uma outra, da qual desistiram ao saber que ela estava preparada para recebê-los."

"Escolheram a minha usina por que está no asfalto: a repercussão seria maior", diz Menezes. Ele se dirigiu à usina boicotada sem intenção de brigar. "Sou um cara equilibrado; quem briga são meus irmãos." Mas, chegando lá, diz que não agüentou: "Quando precisei quase pedir licença para entrar na usina, taquei o carro em cima dos caras!"

No dia seguinte — "de cabeça fria" —, Menezes preferiu resolver o problema legalmente. "Procurei o juiz de Sertãozinho, não o conhecia, e, à meia-noite, ele deu o mandado judicial contra a greve dos fornecedores." O juiz de Direito da Segunda Vara de Sertãozinho, Décio de Moura Notarangeli, estava-se preparando para jantar com a família quando Menezes bateu à sua porta. Imediatamente, ele suspendeu a ida ao restaurante para atender ao usineiro. Com o documento em mãos, Menezes dissuadiu os piqueteiros que foram para casa. "Eles não eram bobos de resistir à força", ironiza o gerente Banks, da Santa Lydia.

Para o usineiro Menezes, o caso não está encerrado. Ele está movendo dois processos contra a Copercana: lucros cessantes — três dias de paralisação — e crime — por invasão de propriedade. "Sei que o IAA vai autuar-nos por não cumprirmos o pagamento de 75%", diz ele, "mas vamos em frente." Os fornecedores prometem ir em frente também: se, no dia 5 de setembro, não recebe nem o pagamento legal, o caldo pode entornar de novo.

Um possível novo conflito com os bóias-frias também tem data marcada: 15 de setembro, dia do dissídio. Os trabalhadores já encaminharam mais de 40 reivindicações aos produtores. Eles pedem aumento, Menezes não concorda: "O preço estabelecido no acordo de Guariba vale para a safra toda, que ainda não acabou." Pedem, ainda, um piso salarial de Cr\$ 300 mil. "Eles sabem que isso é impossível", retruca o gerente Banks. Pedem dois hectares de terra para cada trabalhador. "Eu não tenho tanta terra!", retruca Menezes, que tem 3.480 cortadores de cana nas duas propriedades. Menezes está convicto de que o trabalhador não precisa de aumento; o produtor, sim. Além dos 2% a mais conseguidos em agosto, a classe prepara-se para convencer o novo ministro da Indústria e Comércio, Murilo Badaró, a conceder, a partir de outubro, 45% de aumento da tonelada de cana, fixada em Cr\$ 16.910; 50% a mais na saca de 50 quilos de açúcar, que vale Cr\$ 23.659; e 52% a mais no álcool, cotado a Cr\$ 439,71 o anidro (para misturar à gasolina) e Cr\$ 415,36 o hidratado (para carros a álcool).

O fantasma do desemprego contribui para aumentar a tensão. Este ano, a colheita vai terminar antes e existe o risco de o produtor ter de deixar cana em pé, sem colher, por que o governo limitou a produção de açúcar e álcool. O primeiro está com preço internacional muito baixo; o segundo está sendo produzido em excesso. "Se o trabalhador vira cana em pé, vai ficar revoltado, não vai entender e é capaz de botar fogo no campo", prognostica Menezes.

O desemprego começa já em setembro. "Já avisamos 500 cortadores que trouxemos de Minas que, no dia 15 de setembro, acaba a safra", informa Maurílio Biagi Filho, da Santa Elisa. A partir desse dia, ele vai continuar cortando cana apenas para o álcool, e, assim mesmo, a

metade do que corta hoje. "Vamos moer 50% da cana, portanto, vamos cortar 50% da cana e vamos precisar de 50% dos cortadores", avisa, referindo-se ao contingente de 3.500 cortadores, que será reduzido à metade.

Os produtores esperam que os bóias-frias, importados de outros Estados, como Minas Gerais, voltem comportadamente à cidade da qual vieram, como ocorre todo ano. Muitos dos mineiros já iniciaram a retirada. Acomodados em alojamentos desumanos — salvo honrosas exceções, como o da usina Santa Elisa — podemos pensar que eles voltam contentes, deixando para trás um verdadeiro pesadelo. Mas o fato é que, apesar de ganharem em torno de Cr\$ 200 mil por mês cortando cana, em Minas não conseguem trabalho melhor remunerado.

Os mineiros são trazidos a Sertãozinho por aliciadores denominados gatos, que o acordo de Guariba pensou ter exterminado. O que mudou é que os gatos agora são em pregados das usinas, mas continuam agindo como antes. Prometem aos futuros cortadores cama, comida e bom salário. Quando os aliciados tomam conhecimento da cama e da comida, não podem mais voltar para trás.

Um dos alojamentos utilizados pelo gato José Akira, que trabalha para a usina São Francisco, fica em Barrinha, cidade-dormitório de bóias-frias. O casarão, velho e imundo, lembra um lugar mal-assombrado. Em quatro cômodos tiveram de conviver, durante meses, uns 60 mineiros, amontoados em beliches, alguns com colchões asquerosos, outros apenas com estrados quebrados. Uma moça cozinha para eles um invariável menu, onde nunca entra carne. "Comemos pés de frango", dizem os remanescentes, sujos como carvoeiros depois do dia de trabalho. Quando chove, tomam banho no rio Mogi, que passa ao lado do casarão. "Ficamos 30 dias sem tomar banho, por falta de água", contam, derrotados. Reclamaram. "Esperem São Pedro dar chuva ou vão embora", foi a resposta do encarregado.

(Páginas 34, 35, 36, 37 e 38)